



AS RURALIDADES NAS POLÍTICAS SOCIAIS: ALGUMAS REFLEXÕES

Wysney Pereira Rocha¹

Juliana Biazze Feitosa²

RESUMO

O contexto rural por ter uma dinâmica diferente do meio urbano, muitas vezes é esquecido no que tange a formulação e execução das políticas sociais, por isso se torna necessário compreender como se dá esse processo no nosso território nacional. O trabalho tem como objetivo discutir acerca das políticas sociais em interface com as ruralidades. Como metodologia foi adotada a perspectiva histórica, inspirada na vertente marxiana. Concluímos que o contexto das ruralidades precisa ser compreendido em suas especificidades, na elaboração e execução de políticas sociais, compreendendo que a desigualdade e a pobreza que abrange esse cenário não são meramente financeiras, mas uma condição que perpassa por diferentes dimensões na vida dos sujeitos que vivenciam tal realidade. Por isso, é necessário produzir materiais e conhecimento que fortaleçam o trabalho dos profissionais junto a essa população.

Palavras-chave: Desigualdades sociais; Ruralidades; Políticas Sociais.

ABSTRACT

The rural context, due to its different dynamics from the urban environment, is often forgotten in terms of the formulation and implementation of social policies, so it becomes necessary to understand how this process takes place in our national territory. The work aims to discuss about social policies in interface with ruralities. As a methodology, the historical perspective was adopted, inspired by the Marxian approach. We conclude that the context of ruralities needs to be understood in its specificities, in the elaboration and execution of social policies, understanding that the inequality and poverty that encompasses this scenario are not merely financial, but a condition that permeates through different dimensions in the lives of the subjects who experience such a reality. Therefore, it is necessary to produce materials and knowledge that strengthen the work of professionals with this population.

Keywords: Social inequalities; Ruralities; Social politics.

¹Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Psicólogo residente em Saúde da Família e da Comunidade pela FESP. E-mail: wysney16@gmail.com

² Docente do Curso de Psicologia da UFT. Doutora em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: juliana_biazze@yahoo.com.br

PROMOÇÃO



APOIO

1 INTRODUÇÃO

A questão do acesso à terra e das políticas sociais são dois fenômenos que se interpelam na constituição da nossa sociedade e demonstram como as desigualdades sociais ainda produzem sujeitos invisibilizados mesmo diante da consolidação das políticas sociais. O contexto rural por ter uma dinâmica diferente do meio urbano, muitas vezes é esquecido no que tange a formulação e execução das políticas sociais, por isso se torna necessário compreender como se dá esse processo no nosso território nacional.

Costa e Viana (2018) destacam que a questão agrária passa pelo campo da questão social, pois é algo endógeno ao capitalismo e tem sua explicação a partir do processo da acumulação e reprodução ampliada do capital. Assim podemos considerar que a questão da terra está intimamente ligada aos direitos sociais e a questão social que fundamenta as discussões sobre as desigualdades e outros fenômenos sociais que permeiam a nossa sociedade.

Com o processo de redemocratização e a implementação dos movimentos sociais, tais como: o Movimento do Trabalhadores Sem Terra (MST), a Comissão da Pastoral da Terra (CPT), a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA, criada em 1979); a bandeira da reforma agrária fez parte das pautas e manifestações que exigiam democracia e liberdade política (SAUER, 2010). Através desses movimentos, no governo de Sarney, com início em 1985, houve a reformulação do Plano Nacional de Reforma Agrária “que previa desapropriar terras suficientes para assentar 1,4 milhão de famílias em quatro anos” (CFP, p.23, 2019).

A partir da Constituição de 1988, a terra passa a entrar em pautas discutidas e amparadas pela lei:

Respondendo às organizações agrárias, às lutas populares pela democratização política e pela eliminação das desigualdades sociais, o texto constitucional determinou que a propriedade – especialmente, mas não exclusivamente, a terra – deve cumprir a função social. De acordo com o art.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

186, a terra, para cumprir a sua função social, deve ser utilizada de forma eficiente, respeitar os direitos trabalhistas e respeitar o meio ambiente (SAUER, 2010).

Essa condição e cenário de luta forçaram os governos seguintes pensarem e formularem planos que viessem a atender as demandas quanto as reformas agrárias, mas ainda há grande quantidade de famílias que vivem em condições de extrema pobreza assentadas ou acampadas no contexto das ruralidades. São essas questões que pretendemos debater nesse estudo.

O trabalho em questão pode ser classificado como pesquisa histórica e documental. Padilha e Borenstein (2005, p. 577) consideram que “o método de pesquisa histórica se caracteriza como uma abordagem sistemática por meio de coleta, organização e avaliação crítica de dados que têm relação com ocorrências do passado”. Esse método de pesquisa permite o pesquisador traçar um caminho a fim construir uma reflexão que compreenda o problema da pesquisa como algo construído histórico e socialmente.

José Filho (2006) considera que o pesquisador traz consigo a necessidade do diálogo com a realidade social a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo permeado pela crítica e possibilitador de momentos criativos. Dentro dessa concepção são abertas possibilidades de construções científicas que expressam a realidade dos fenômenos sociais, em um posicionamento ético e crítico, dispensando a neutralidade e os reducionismos que permearam as ciências sociais durante alguns períodos históricos.

Neste estudo analisamos os dados sob a perspectiva histórica, inspirada na vertente marxiana. Para Marx (1985) o ponto de partida da pesquisa é o fenômeno externo e não as ideias. Não existe uma verdade a priori (absoluta e universal), como preconizam as ciências naturalistas e idealistas, mas sim uma realidade histórica que traduz desafios (necessidades).

Desta forma, buscaremos realizar uma discussão entre a temática das ruralidades em interface com as políticas sociais, considerando os desafios e possibilidades para atuação profissional nesse campo.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

2. RURALIDADES E POLÍTICAS SOCIAIS: ANÁLISES A PARTIR DA HISTÓRIA

Quando o assunto é ruralidades vemos diferentes perspectivas na consolidação da nossa história, podemos perceber que esse movimento vai desde a agricultura de subsistência e abrange até mesmo as questões do agronegócio e a modernização dos meios de produção. Nas últimas décadas têm se dado uma maior ênfase e valorização do agronegócio, o que de certa forma acaba desconsiderando e desvalorizando os pequenos contextos rurais, evidenciando a supremacia de concepções hegemônicas que são difundidas pelo ideal de produção em larga escala, que se alinham aos ideais do capitalismo.

Por isso, torna-se necessário ressaltar que as ruralidades, possuem características que são singulares e demarcadas por diferentes fatores, sendo:

Resultado de sua história econômica, política e cultural fundada na concentração de terra, de riqueza, uso dos recursos naturais, escravidão, extermínio de povos indígenas, marginalização de famílias e mulheres camponesas, mas também pelos conflitos e pelas lutas populares de resistência ao modelo autoritário e repressor, como Canudos, Quilombos, Ligas Camponesas e, hoje, os diversos movimentos sociais do campo e da floresta (BRASIL, 2013).

Outro aspecto que se complexifica nessa relação é o próprio conceito de rural, ao longo do tempo houve diferentes discussões no que tange ao conceito central do termo, pois, frequentemente o urbano e rural foram colocados como termos opostos. Carneiro e Sandroni (2019, p. 47) destacam que “vinculados a esse processo foram engendrados valores e visões de mundo responsáveis por uma imagem do rural que se cristalizou como espaço do “atraso”, da “tradição”, da ausência de infraestrutura, de serviços e da resistência ao “moderno”.

Ainda conforme os autores supracitados, esse modo de perceber a ruralidade se apresenta como um fator que dificulta a execução e elaboração das políticas sociais, uma vez que essa imagem de atraso permeia o ideário social e desconsidera a realidade social que os moradores do campo vivenciam, a dificuldade de delimitar

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

e considerar a singularidade das ruralidades, colocam o urbano como enfoque das políticas sociais, sendo que as necessidades do campo podem se diferir das necessidades das cidades. A mesma coisa acontece com a temática da reforma agrária, muitos percebem esse movimento como inválido e criticam os sujeitos que lutam pelo direito à terra, não reconhecendo sua importância. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), fundado em 1984, representa um marco na luta pela conquista dos direitos sociais e uma das principais pautas desse movimento é a reforma agrária e a democratização da terra.

Silva (1971, p. 37) vai conceituar a reforma agrária, como “um processo amplo, imediato e drástico de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, promovida pelo governo, com a ativa participação dos próprios camponeses, e objetivando sua promoção humana, social, econômica e política”. Essa perspectiva nos apresenta diferentes ênfases no que tange ao acesso aos direitos sociais, porém esse processo de redistribuição tem sido um processo longo, tendo em vista que nem sempre é pauta de grande parte dos governantes.

Durante esse constante movimento de luta, Jesus (2009) ressalta que o MST realizou um proposta formal de reforma agrária, no ano de 1995, que tinha como intuito promover o desenvolvimento socioeconômico, até mesmo porque muitos problemas urbanos têm seus desdobramentos devido ao número de trabalhadores rurais que vão buscar melhores condições de vida nos centros urbanos e muitos destes não conseguem se inserir no mercado de trabalho, ou se inserem temporariamente e depois são dispensados e geralmente por falta de condições estes acabam se inserindo nas grandes periferias, sem condições dignas de vida.

Esses problemas destacados, muitas vezes estão associados a má distribuição territorial. Prado Junior (2014) vai destacar que a concentração da propriedade fundiária possui um duplo efeito, sendo o primeiro concentrar grandes áreas ao empreendimento mercantil respondendo aos objetivos do capital e o segundo assegurar mão de obra indispensável que necessita, dos que não possuem propriedade e que muitas vezes vivenciam formas de trabalho análogas à escravidão.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Um fator que retrata a ambivalência entre a questão agrária e a lógica produtivista foi a existência paralela de dois ministérios relacionados a agricultura, o primeiro sendo o Ministério da Agricultura, que hoje é conhecido como Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), “responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor” (BRASIL, 2021) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em 1999, que:

“Destinava-se a tratar da reforma agrária, do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares e da identificação, demarcação, delimitação, reconhecimento e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas” (BRASIL, 2008).

Em 2016, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto e foi criada a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), que hoje está vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O MDA representava um importante marco no que tange ao reconhecimento da agricultura familiar e das questões relativas à terra, sendo um retrocesso atualmente esse Ministério ser transformado em uma pasta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que procura atender aos interesses do agronegócio, superestimando a lógica de produção em grandes territórios e enfraquecendo a pauta da reforma agrária, desvelando o conflito de interesses e as arbitrariedades. Um programa que teve importante impacto no que tange ao combate à pobreza e que conseguiu abranger as ruralidades foi o programa Brasil Sem Miséria (BSM), que perdurou de 2011 a 2014. Esse programa conseguiu estabelecer e fortalecer ações que já existiam, como exemplo o bolsa família, dentre outras:

A valorização do salário-mínimo, a elevação crescente do emprego, a ampliação das políticas de crédito, as políticas de reconhecimento voltadas para as minorias, o investimento em habitação e obras de infraestrutura social na área urbana, as políticas de fortalecimento da agricultura familiar e de apoio produtivo e social a Povos e Comunidades Tradicionais e o fortalecimento do Cadastro Único para Programas Sociais (BRASIL, 2015, p. 8).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

No programa Brasil Sem Miséria há uma integralidade das propostas, a pobreza é entendida para além das questões econômicas e há o fomento de ações que tangenciam o enfrentamento das desigualdades sociais e abrangem os espaços para além do urbano. O Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate destaca que dentre as ações desenvolvidas, exceto o bolsa família, cerca de 2,5 milhões de famílias de agricultores e 390 mil famílias assentadas da reforma agrária conseguiram acessar pelo menos um dos programas embutidos no BSM, dentre os benefícios mais acessados destacam-se: o crédito (Agroamigo) e a assistência técnica (ATER), em seguida o programa Água Para Todos, Programa de Conservação Ambiental - Bolsa Verde; o Programa de Fomento às Atividades Produtivas; o Programa Luz para Todos e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (BRASIL, 2015).

Como resultados das ações do Brasil Sem Miséria, “a renda dos extremamente pobres subiu 88% e se expandirmos o público para a população em situação de pobreza, com renda de até R\$154,00 per capita, o aumento verificado no mesmo período foi de 74%” (BRASIL, 2015, p.9). Esses dados representam um marco no que tange à importância da garantia e execução de programas que lutem pela superação das desigualdades e criação de oportunidades.

No Plano Brasil Sem Miséria foi também pensado a questão da reforma agrária, pois segundo o caderno citado acima, é essencial planejar formas diferenciadas para desenvolver ações voltadas às pessoas que vivem no contexto das ruralidades, principalmente os acampados e assentados, que historicamente estiveram às margens dos processos de desenvolvimento social e econômico. Ademais, foram implementadas ações que pudessem abranger a garantia de renda, com a inclusão destas famílias no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família, além de iniciativas voltadas para segurança alimentar e nutricional, como exemplo a distribuição de alimentos (BRASIL, 2015).

Em novembro de 2014, os indicadores de avaliação do Programa Brasil Sem Miséria apontam que:

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

As famílias acampadas e assentadas: aproximadamente 680 mil delas estavam no Cadastro Único (67% das famílias assentadas e 55% das acampadas); o Bolsa Família já fazia parte da vida de 395,9 mil delas; havia registro da presença de médicos do Programa Mais Médicos em 350 assentamentos de reforma agrária; 20 mil dessas famílias já tinham projetos de moradia em avaliação na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil para atendimento pelo Minha Casa Minha Vida; o Água para Todos estava em execução para 31,6 mil dessas famílias no semiárido (GUEDES; STURM, *et al*, 2015, p. 71).

Pensar as políticas sociais requer a necessidade de desenvolver diferentes aspectos no que tange a garantia de direitos que são fundamentais para condições de vida dignas. O Cadastro Único foi uma ferramenta para acompanhar como se dá a assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade social e conseguiu abranger as pessoas que vivem no contexto das ruralidades. Isso é um marcador importante, pois é um momento que há um fortalecimento e planejamento de ações com maior ênfase na tentativa de minimizar as desigualdades sociais.

Para isso, o método da busca ativa se tornou algo essencial, pois nem sempre os moradores do campo têm acesso a informações e desconhecem os serviços de garantias de direitos socioassistenciais. O deslocamento desses profissionais em direção as ruralidades representam a descentralização das ações e fortalecem a abrangência dos serviços oferecidos. Guedes, Sturm *et. al* (2015, p 72), destacam que “a busca ativa - ação de procurar, identificar e cadastrar famílias de baixa renda até então invisíveis ao Estado - assumiu assim importância fundamental para dar sequência à integração entre a reforma agrária e o Brasil sem Miséria”, ao mesmo tempo que se associa a garantia de direitos.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), aprovado em 2005 e reformulado em 2011, tem um papel de grande relevância associado ao Brasil Sem Miséria, pois liderou e lidera a execução de estratégias de localização da população que foi dada com prioritária, por meio da implantação da busca ativa. A busca ativa possibilita a realização de encaminhamentos para a rede socioassistencial, que pode ser compreendida como um mecanismo de:

Garantia de acesso aos direitos sociais e de oportunidades para inclusão produtiva, abrangendo as políticas: de garantia de renda (Programa Bolsa

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Família, Benefício de Prestação Continuada e benefícios da Previdência Social etc.); de acesso a serviços (assistência social, saúde, educação, energia elétrica, água, entre outros); e de trabalho e renda (BRASIL, 2012, p. 4).

Dentre as instituições da rede socioassistencial, temos o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), serviço que realiza busca ativa nas diferentes localidades do território, permitindo o mapeamento e identificação das necessidades. Segundo Pasinato (2011, p. 96) o CRAS tem como objetivo “prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio de potencialidades, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania”. Mediante seu objetivo, percebe-se a necessidade de os profissionais estarem em formação contínua para atender as demandas de forma abrangente e não reproduzir o modelo clínico de atendimento, centrado na espera de que a demanda chegue ao serviço e não ao contrário.

Quanto as questões de saúde, destacamos a Lei nº 8.080 de 1990, que entende que:

A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País (BRASIL, 1990).

Percebemos que apesar do conceito ampliado de saúde, ainda hoje há uma cisão dos processos e concepções da relação saúde-doença, ainda associada a questões físicas, desconsiderando os aspectos sociais que interpelam diretamente essa relação saúde-doença. Se nas cidades já se percebe esse cenário de cisão, no campo a desigualdade e dificuldade de acesso aos serviços de saúde se complexifica e os determinantes se apresentam como dificuldades a serem superadas, pois as ruralidades possuem especificidades que por vezes são naturalizadas.

Na tentativa de integrar o campo no acesso aos serviços de saúde foi construída a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), que foi aprovada na 14ª Conferência de Saúde e instituída pela

PROMOÇÃO



APOIO





Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011. Nota-se que essa política foi instituída no mesmo ano que o plano Brasil Sem Miséria teve seu início, evidenciando um avanço nas políticas públicas, apesar da não superação da lógica da reforma (BRASIL, 2013).

Conforme Yamamoto e Oliveira (2010, p 22), historicamente as políticas sociais produzidas até o presente momento “assumem uma funcionalidade compensatória e são insuficientes para reverter o quadro social de pobreza que marca a sociedade brasileira”. Aliás como evidencia Netto (2010, p.159), “a pobreza relativa e desigualdades são constitutivos insuperáveis da ordem do capital”, o que fatalmente lhe dará um caráter natural e inalterável neste modo de produção.

A Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF) teve como principal objetivo:

Melhorar o nível de saúde das populações do campo e da floresta, por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, de geração, de raça/cor, de etnia e de orientação sexual, objetivando o acesso aos serviços de saúde; a redução de riscos à saúde decorrentes dos processos de trabalho e das inovações tecnológicas agrícolas; e a melhoria dos indicadores de saúde e da sua qualidade de vida (BRASIL, 2013, p. 7).

Esses objetivos vão ao encontro do que preconiza o SUS, como por exemplo a universalização e a descentralização dos serviços de saúde, ao mesmo tempo que se tratando do contexto das ruralidades, deve ser levado em conta o respeito as diversidades sociais, culturais ou biológicas que perpassam por esses locais, com o propósito de valorizar os conhecimentos e costumes que são produzidos nessas localidades.

O plano operativo dessa política se estabelece por meio de quatro eixos estratégicos, a saber: acesso das populações do campo e da floresta à atenção à saúde, às ações de promoção e vigilância em saúde, educação permanente e educação popular em saúde e monitoramento e avaliação do acesso às ações e serviços de saúde. Cada eixo desse prevê práticas integradas em saúde, associadas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

aos saberes produzidos nos contextos das ruralidades, complementando à promoção à saúde (BRASIL, 2013).

A partir dessa perspectiva de trabalho, os profissionais irão ter uma visão mais ampla dos fenômenos sociais que perpassam pelas ruralidades e a atuação se sustentará na lógica da: “a) Promoção da Saúde; b) Clínica Ampliada; c) Educação Permanente; e, d) Ações Coletivas e de Participação Popular” (NASCIMENTO *et al*, 2015, p. 55).

Ganha-se destaque em especial a clínica ampliada que vai ter uma compreensão multifacetada dos processos e pode ser um diferencial no que tange as políticas sociais e o campo da saúde quando se pensa as ruralidades, pois:

A clínica ampliada busca valorizar todos os conhecimentos com a finalidade de integrá-los e, assim, possibilitar maior resolubilidade das demandas complexas encontradas no território. Ampliar e compartilhar a clínica significa ampliar o campo de atuação, contribuir para a construção do cuidado em saúde de forma holística, nas teias relacionais entre os serviços de saúde e a comunidade, trabalhando de forma participativa e a partir de negociações (Brasil, 2009).

Essas são iniciativas que podem colaborar com uma prática integrativa e emancipatória, tendo em vista os aspectos que se singularizam nos territórios para além do urbano e a necessidade de as políticas sociais planejarem ações que abarquem essas especificidades.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade social como um fenômeno que abrange a gênese da nossa sociedade não pode continuar a ser pensada como uma questão natural. O contexto de ruralidades precisa ser compreendido em suas especificidades, na elaboração e execução de políticas sociais; compreendendo que a desigualdade e a pobreza que abrange esse cenário não são meramente financeiras, mas uma condição que perpassa por diferentes dimensões na vida dos sujeitos que vivenciam tal realidade.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Por isso, é necessário produzir materiais e conhecimento que fortaleçam o trabalho dos profissionais junto a essa população.

Os cursos de graduação das áreas da saúde, assistência social e educação precisam fortalecer o debate sobre as ruralidades e o acesso aos direitos sociais, evidenciando que esse segmento social não pode ser invisibilizado, principalmente porque estão mais expostos às vulnerabilidades de toda ordem.

Ainda faltam longos passos e caminhos para superarmos as desigualdades sociais, ao mesmo tempo que falta a implicação do Estado em muitas questões, mas a possibilidade de criar espaços de discussões e produção de conhecimento são fundamentais para desvelar as contradições sociais e mostrar o quanto urge a passagem para uma nova forma de organização social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 21 mai. 2023.

BRASIL. Lei nº 8080 de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília. 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm > Acesso em: 21 mai. 2023.

BRASIL. *Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA*. 2008. Disponível em: < [Ministério do Desenvolvimento Agrário \(MDA\) \(abc.gov.br\)](http://www.abc.gov.br) > Acesso em: 21 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Clínica ampliada e compartilhada*. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. 2009. Disponível em: < https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/humaniza_sus_atencao_basica.pdf > Acesso em: 21 mai. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *O SUAS no plano Brasil Sem Miséria*. 2012. Disponível em: <www.emater.tche.br/site/social/arquivos/assistencia-social/cartilha-o-suas-no-plano-brasil-sem-miseria.pdf> Acesso em: 21 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta*. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. 2013. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_integral_populacoes_campo_floresta.pdf . Acesso em: 21 mai. 2023.

BRASIL. *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA*. 2021. Disponível em: < <https://dados.gov.br/organization/about/ministerio-da-agricultura-pecuaria-e-abastecimento-mapa>> Acesso em: 21 mai. 2023.

Brasil. *Cadernos de estudos desenvolvimento social em debate*, n. 23. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. 2015. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%202023_%20FINAL_910.pdf> Acesso em: 21 mai. 2023.

CARNEIRO, M. J, SANDRONI, L. Tipologias e significados do “rural”: uma leitura crítica. In: *O rural brasileiro na perspectiva do século XXI* / organizado por Sergio Pereira Leite, Regina Bruno. - Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2019. Disponível em: <https://www.garamond.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2019/11/O-Rural_intro1.pdf> Acesso em: 21 mai. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em questões relativas à terra*. Brasília, DF: CFP, 2019, 92 p. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CFP_Relatorio_QuestoesTerraweb-14.05.2019.pdf Acesso em: 21 mai. 2023.

COSTA, C. M. S. B; VIANA, M. R. *A questão agrária como expressão da questão social: algumas notas*. 2018. Disponível em:

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



<https://sinespp.ufpi.br/2018/upload/anais/NDk1.pdf?011453> Acesso em: 21 mai. 2023.

GUEDES, C. M. G, STURM, C. E, PETRARCA, L, GUERESI, S. Brasil sem miséria na reforma agrária: avanços na inclusão social e produtiva. In: BRASIL. *Cadernos de estudos desenvolvimento social em debate*, n. 23. 2015. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%2023_%20FINAL_910.pdf> Acesso em: 21 mai. 2023.

JESUS, L. A. *A reforma agrária no Brasil*. 2009. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/9408/1/Luis%20Alberto%20de%20Jesus.pdf>> Acesso em: 21 mai. 2023.

JOSÉ FILHO, M. Pesquisa: contornos no processo educativo. In: Mário José Filho; Osvaldo Dalbério. (Org.). *Desafios da Pesquisa*. 1ed. Franca: UNESP, 2006, v. 1, p. 63-75.

MARX, K. Posfácio da segunda edição. In MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: Vol. 1. Livro Primeiro: O processo de produção do capital*. São Paulo: Difel, 1985, pp. 8-17.

NASCIMENTO, V. A. S et al. A formação de psicólogas (os) para a atuação nos contextos rurais: a experiência da residência multiprofissional em saúde do campo. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 44-61, 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rqpp/article/view/144435> > Acesso em: 21 mai. 2023.

NETTO, J. P. Uma face contemporânea da barbárie. In: *III Encontro Internacional Civilização ou barbárie*. Serpa: 30-31 de outubro/1º de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657> > Acesso em: 21 mai. 2023.

PADILHA, M. I. C. S; BORENSTEIN, M.S. O método de pesquisa histórica na enfermagem. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, Out-Dez, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/xP3qnvKypfxsX3NXZGyf3vk/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 21 mai. 2023.

PASINATO, L. A. CRAS rural: lugar de efetivação da política de assistência social. *Estudo sobre o acesso à Política de Assistência Social por Famílias Assentadas*.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



2012. Disponível em: < <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/494/1/431177.pdf> >
Acesso em: 21 mai. 2023.

PRADO JR, C. *A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SAUER, S. *Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2010

SILVA, J. G. *A reforma agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

YAMAMOTO, O. H; OLIVEIRA, I. F. *Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos. Psicologia: Teoria e Pesquisa* 2010, Vol. 26 n. especial, pp. 9-24. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ptp/a/vBxzfYFsdLYrqSJFXNw8j9b/?format=pdf&lang=pt> >
Acesso em: 21 mai. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

